

O contrato, na cláusula décima terceira, cita a responsabilidade pela qualidade da estrutura existente. Os bens da concessão de posse ou responsabilidade serão transferidos para a concessionária.

Na cláusula décima sétima, a propriedade intelectual relacionados à infraestrutura e a prestação do serviço público de transporte pertence à parte que elaborou. A concessionária cede ao poder concedente licença para usar os estudos, projetos e outros trabalhos de cunho intelectual inclusive em futuros contratos, sem quaisquer restrições na hipótese de condicionarem a continuidade da prestação do serviço concedido.

17.2.1 A CONCESSIONÁRIA anui com a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todas as informações compartilhadas e coletadas, no âmbito de suas atividades de fiscalização, inclusive daquelas que tenham sido geradas, armazenadas e disponibilizadas, para finalidade de pesquisa, desenvolvimento e transparência, além de melhoria nas suas atividades de regulação e fiscalização.

17.3 Todos os sistemas supervisores, de automação e controle operacional, deverão ser obrigatoriamente de código aberto ou terem seus códigos depositados em sala cofre com acesso permitido ao PODER CONCEDENTE, que deverá manter, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida. Os códigos abertos ou aqueles depositados em sala cofre (códigos fonte de sistemas informáticos proprietários) em questão deverão ser softwares desenvolvidos para aplicação nos sistemas e não softwares de mercado. (Cláusula ajustada em decorrência da Resposta STM 737).

A CONCESSIONÁRIA deverá adotar todas as medidas necessárias para disponibilizar ao PODER CONCEDENTE 01 (uma) cópia de toda a documentação gerada na prestação dos serviços previstos no objeto do CONTRATO, tais como estudos e projetos elaborados para os fins específicos desta CONCESSÃO, os programas, planos, plantas, documentos e outros materiais de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho das atividades previstas no objeto do CONTRATO, cedendo ou transferindo gratuitamente suas licenças ao PODER CONCEDENTE, à CPTM e às futuras SUCESSORAS ao final da CONCESSÃO, incluindo todas as alterações realizadas na documentação no decorrer da operação do SERVIÇO CONCEDIDO.

Cláusula vigésima oitava prevê um programa de conformidade a ser implementado pela concessionária, em que deve estar descrito o objetivo e o escopo desse programa. O programa de conformidade consiste em mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tudo em prestígio à Lei Federal n.º 12.846/13 (Lei Anticorrupção), aos artigos 41 e 42 do Decreto Federal nº 8.420/15 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014. Deverá conter canais de denúncia de irregularidades de fácil acesso e amplamente divulgados a qualquer interessado, em especial aos empregados da concessionária e aos passageiros, e devem permitir o recebimento de denúncias anônimas.

A cláusula trigésima primeira lista os principais direitos e obrigações da concessionária.
Item xxxvii Manter em plena operação e dentro dos padrões estabelecidos a Ouvidoria e os sistemas e Canais de relacionamento com os passageiros.

Existe uma cláusula para proteção dos dados dos passageiros.